



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS**

THAYANE SILVA BARBOSA

**POLÍTICA EDUCACIONAL E PARTICIPAÇÃO: A ORGANIZAÇÃO DO
ENSINO DE ABAETETUBA/PA.**

ABAETETUBA-PA

2022

THAYANE SILVA BARBOSA

**POLÍTICA EDUCACIONAL E PARTICIPAÇÃO: A ORGANIZAÇÃO DO
ENSINO DE ABAETETUBA/PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário-Abetetuba, como requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza.

ABAETETUBA-PA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

B238p Barbosa, Thayane Silva.
Políticas educacionais e participação: : a organização do ensino
de Abaetetuba/PA / Thayane Silva Barbosa. — 2022.
22 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals E Souza
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Pedagogia, Abaetetuba, 2022.

1. Política educacional. 2. Participação. 3. Organização de
ensino. I. Título.

CDD 320.60981

THAYANE SILVA BARBOSA

**POLÍTICA EDUCACIONAL E PARTICIPAÇÃO: A ORGANIZAÇÃO DO
ENSINO DE ABAETETUBA/PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário-Abetetuba, como requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza

Data da aprovação: 22/07/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza.

Orientador-UFPA

Prof. Me. Rosileide de Jesus de Souza Melo.

Examinador – UFPA

Conceito: EXCELENTE

POLÍTICA EDUCACIONAL E PARTICIPAÇÃO: A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO DE ABAETETUBA/PA

Thayane Silva Barbosa¹

Aluna do Curso de Pedagogia/Campus de Abaetetuba
Universidade Federal do Pará – thay_silva98@yahoo.com

Alexandre Augusto Cals e Souza

Professor da Faculdade de Educação e Ciências Sociais/Campus de Abaetetuba
Universidade Federal do Pará – alexandre@ufpa.br

Resumo: No sistema democrático o ensino apresenta muitas mudanças ao longo da história e por isso a participação é efeito imprescindível para a organização. Dessa forma, torna-se importante entender a organização do sistema educacional do município de Abaetetuba/PA e fomentar debates sobre o processo decisório sobre a participação nesse funcionamento. Foi utilizado as referências da pesquisa qualitativa em educação por entender que este tipo de investigação é o mais usado nas pesquisas em ciências humanas e sociais e como estratégia de estudo trataremos de uma pesquisa documental. Objetivamos analisar como ocorrem as relações de participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões da gestão no sistema educacional e perceber de que forma a comunidade escolar contribui na ordenação do sistema educacional neste município. A partir dessa incursão foi possível perceber que o sistema educacional em Abaetetuba ainda está caminhando a passos lentos no que diz respeito a política educacional, ainda que haja participação da comunidade na elaboração de políticas públicas a implantação efetiva é inexistente dentro das gestões democráticas da escola analisada para a pesquisa. Consideramos que o estudo se mostra relevante para a avaliação da organização do sistema municipal de ensino no Baixo Tocantins e assim fomenta novas perspectivas de política educacional para a população em geral.

Palavra-chave: Política Educacional. Participação. Organização de Ensino.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda as políticas educacionais do município e a participação no sistema de ensino com atenção para as vozes da comunidade. Fez parte de estudos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) onde pude entender melhor sobre as políticas e adentrar nos estudos sobre a temática para a pesquisa.

O objetivo desta produção é analisar como ocorrem as relações de participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões da gestão no sistema educacional e perceber

¹Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

de que forma a comunidade escolar contribui na ordenação do sistema educacional neste município.

A pesquisa se mostra importante do princípio acadêmico, pois ressalta o envolvimento de ações que se polarizam não só no meio educacional, mas também na situação econômica e social do país e por isso pontua a importância desse trabalho para a democratização do conhecimento.

O impacto determinante que atrasou e fez com que a linha pensada para esta pesquisa tivesse sido interrompida foi a pandemia da COVID-19 que prejudicou a ida ao lócus e efetivação do plano de trabalho como estava previsto, no qual faz desta pesquisa uma releitura para a análise documental com percepções da sistematização do ensino sobre a participação da comunidade escolar em Abaetetuba/PA.

A sua fonte metodológica permite uma pesquisa com um olhar profundo sobre o problema e adequa a escolha eficaz do instrumento para que possa auxiliar na linha traçada dentro da investigação sobre avaliar a organização e se nesse processo as participações estão sendo silenciadas, e quais participações são atendidas. De acordo com Chizzotti (2001) refletir sobre a pesquisa qualitativa, discute sobre as progressões que transformam e ampliaram esse campo da pesquisa social dando significado e por isso sempre sendo incrementados por outros autores.

A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, conseguidos na relação do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes no processo investigativo.

Com efeito, a abordagem qualitativa parte da razão de que há uma ligação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um elo inseparável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. (CHIZZOTTI, 2001, p. 79).

Podemos afirmar que temos segurança quanto a possibilidade de a pesquisa qualitativa ser eficaz e relevante na construção dos procedimentos para responder questões concernentes as investigações de com acontecem as relações de participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões da gestão do sistema educacional e na ordenação do sistema educacional deste município.

O pesquisador que utiliza essas técnicas em seus trabalhos de pesquisas tem que tomar o cuidado em relação ao seu uso. Segundo Wolcott (1990), afirma que “precisa ter

uma devida atenção quando for usar algumas técnicas qualitativas para estudos sociais e educacionais”.

Utilizaremos a análise documental, pois os documentos são quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação. Como afirma, Guba e Lincoln (apud LÜDKE; ANDRÉ, 2001) “o manuseio da análise de documentos apresentam muitas vantagens” (p.39). Entre eles o de que os documentos constituem uma fonte estável e rica em informações, onde pode ser retirado evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador.

Sendo assim, a pesquisa se torna relevante para entendermos o sistema de ensino em Abaetetuba e suas contribuições para constructo da cidadania por meio das instituições escolares através da participação e suas contribuições para a sociedade democrática.

1. PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA

Somos considerados uma sociedade civil organizada com categorias fundamentais para formulação de tal organização. Dessa maneira estudar democracia e participação são meios que devem estar presentes nos estudos, e de se atentar as diferenças dos termos, seus significados e significantes para o entendimento do contexto atual da sociedade. Portanto, é importante frisar a democracia e participação e suas formas de atuação na sociedade para saber o que se pretende com os significados dos termos.

De acordo com a doutrina clássica da democracia, onde significa *demokratika* (governo do povo) que seria a vontade comum do povo por um bem comum que expõe a decisão do povo. Forma de regulação através de tomadas de decisões no que concerne as formas de governo em um estado considerado democrático.

Bobbio (1997) apresenta a teoria contemporânea da democracia sobre seu pensamento político. A teoria clássica divulga a democracia como governo do povo, dos cidadãos, por assim de todos que gozam de direitos da cidadania que se diferencia da monarquia e aristocracia. A teoria medieval, tem por base na qual há uma contraposição de uma concepção ascendente e outra descendente de uma soberania que conforme o povo se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior e inferior. Já na teoria moderna, conhecida como Teoria de Maquiavel, nascida com o estado governo são essencialmente duas; a monarquia e república e a antiga democracia nada mais é que uma forma de república onde se origina o pré-revolucionário entre ideais democráticos e republicanos. O governo popular é chamado, genuinamente de república em vez de democracia.

Para tanto, a democracia é o que está contraposta ao governo autocrático e é considerada como conjunto de regra fundamentais que estabelecem como devem ser tomadas as decisões dos grupos. Todos os que estão vinculados são determinados a tomar decisões que se dirige a todos do meio para regular e manter a sobrevivência da democracia no coletivo, tanto externa como interna, ainda que as decisões do grupo são tomadas de maneira individual. Dessa forma, para que as decisões sejam aceitas pelos indivíduos é necessário postular regras vinculadas a todos. Um regime democrático é formado por atribuir este poder em que os sujeitos são chamados para tomar decisões coletivas sendo este um número elevado, embora que não se consiga que todos participem com exatidão

Para Rousseau (1991) estabelecer fronteiras entre a vontade geral e a vontade de todos, sintetiza que uma se sobrepõe a outra. Quando se forma associações, cada uma delas se faz geral em relação a seus membros e particular em relação ao estado, por assim dizer que não há muitos votantes enquanto homens, mas apenas tantas quantas são as associações. Sendo assim, as diferenças tornam-se menos números e dão um resultado geral. Quando uma das associações é tão grande que sobrepõe todas as demais, já não se tem por resultado uma soma de pequenas diferenças, senão uma diferença única; então já não há vontade geral, e a opinião vencedora não passa de opinião particular.

Em síntese, o autor comenta que a democracia deve ser entendida, não apenas como forma de governo, mas como concepção de que considera o público superior ao privado e que representa um valor moral objetivo. Além disso, Rousseau desmitifica sobre os limites da democracia e informa que não há uma verdade democracia, pois é impossível imaginar o povo constantemente tomando conta da coisa pública, como acontecia antigamente.

É a partir das análises dos estudos de Rousseau que se identifica a complexidade do uso dos termos e apresentam algumas considerações que ajudam a entender os significados de participação e democracia. Participar é um ato do ser humano desde que se descobriu a sua existência, nós possuímos a necessidade de nos organizar em grupos e assim, participar e tomar decisões. Entretanto, a análise dessa participação deve ser feita e pode apresentar inúmeras formas. Para o sistema Educacional o método é de suma importância para que haja compromisso e efeitos educativos e políticos para a organização do ensino. Assim, Pateman (1992) descreve através da “teoria política de Rousseau que há uma inter-relação entre as estruturas de autoridade e a participação proporciona ao indivíduo qualidades e atitudes psicológicas na qual a principal função da

participação é o caráter educativo”. Portanto, participar é o mais amplo da palavra, ela permite entender como pode ser organizada um determinado grupo ou comunidade e como se dá a democracia dentro do ambiente estudado.

Entender a complexidade da participação implica na investigação de seus conceitos e significados, e é importante ressaltar que participação e democracia não se desvencilham. Os termos são intercambiáveis, uma vez que a participação necessita de estruturas democratizadas da autoridade para que os efeitos psicológicos necessários sejam conquistados, no sentido de competência e eficiência e no mais alto nível da participação (PATEMAN, 1992). Com base nisso, a teoria da democracia participativa onde os teóricos fundamentam que o efeito educativo mais abrangente da participação é de que amplia o campo de interesse, perspectivas e habilidades da prática política. Sendo assim, a teoria da democracia participativa indica que a estrutura democratizada de determinada comunidade implicará bons resultados da participação na tomada de decisões no que diz respeito a aquele grupo, entende-se que com isso a estrutura torna-se mais consolidada e ampliada, onde os seus integrantes possuem capacidades inerentes para a tomada de decisão.

Para Boudernave (1994) aponta que participação facilita o desenvolvimento de consciência crítica, fortalece o crescimento das reivindicações e a torna mais preparada para adquirir o poder dentro da sociedade em que vive, além de que a participação prepara o indivíduo para a solução de problemas que parecem insolúveis, mas com as tomadas de decisões, torna-se satisfatória e pacífica para todas as partes. É pertinente dizer que a participação ficou muito popular, entretanto a reflexão da teoria de uma participação democrática fica mais evidente, devido à preocupação com a democracia por parte de alguns teóricos no que concerne os tipos de governos democráticos em que exige a participação máxima do povo, todavia procura analisar esses tipos de participação e entender se há fragilidade desse governo democrático.

A teoria da democracia possui algumas afirmações de teóricos que tratam da democracia como mecanismo de liberdade e controle. Rousseau no debate da democracia levava necessariamente a reflexão sobre a liberdade e por assim, a participação direta nas formas da lei. Em seus estudos e debates o autor entende a necessidade da participação para a manutenção do estado democrático, estado formado por instituições dominantes que buscam manipular a sociedade.

Dessa forma entende-se que Rousseau pode ser considerado o teórico por excelência da participação (PATEMAN, 1992). No *O contrato social*, Rousseau apoia-

-se na ideia de que cada indivíduo deve participar de maneira individual no processo político de tomada de decisões, e delinea que a participação é bem mais que arranjos institucionais. Também proporciona efeitos psicológicos, assegurando correlação entre o funcionamento das instituições, as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem neste âmbito.

Rousseau apresenta em sua teoria um dos primeiros debates sobre os efeitos da participação a respeito da função de um estado democrático. Por isso sua teoria é fundamental para compreender um sistema democrático participativo ideal. Logo de início, ele relaciona o sistema econômico com a participação defendendo que era preciso condições econômicas ideais para ser de fato sistema participativo, defendia na sociedade onde houvesse igualdade e independência econômica. Argumenta que ninguém precisa ser senhor de ninguém, quando alguém é dono de si mesmo e da própria vida, a liberdade é então salientada pelo controle sobre essa vida, imposta antes que se possa caracterizar o indivíduo como seu próprio dono. (PATEMAN, 1992. p. 41). Dessa forma, o autor afirma que seria difícil a função participativa sem as formas de agrupamento e cooperação onde teriam que realizar coisas importantes.

2. PRIMÓRDIOS PARTICIPAÇÃO

Para tal estudo a participação torna produto essencial da base de formação política, desde seu princípio aponta a necessidade de entender como organização para proceder uma sociedade civil. Entretanto, sabe-se que o período pré-republicano idealizou a “participação apenas para a elite” em que nessa condição os marginalizados pouco provinham dos efeitos da participação e assim, nada seria feito para melhoria dessa camada popular por não ter representações dentro do movimento.

Quando a socialização é entendida como poder crescente dentro do processo de participação, uma conquista se efetiva e a passos largos tudo se transforma é possível afirmar que o modelo político, econômico e social nos anos de 1990 mostram as mudanças dentro das políticas neoliberais que provoca uma reforma do estado, traçando limites entre o público e privado no país.

O Brasil nesse período emerge as práticas neoliberais que em 1994 o governo começa o Plano de reforma do Aparelho do estado o MARE – Ministério da Administração e Reforma do Aparelho do estado - que em seu documento deixa claro:

É preciso agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de ‘gerencial’, baseada em conceitos atuais de

administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, portanto, se torna 'cliente privilegiado' dos serviços prestados pelo Estado (BRASIL,1995, p.1).

As políticas trazem a descentralização e o poder do estado torna uma administração pública pautada nessa concepção para gerenciar as práticas com controle, todavia a época trazia fortes correntes neoliberais na América latina que desenfreada as desigualdades e pautava um estado para que seja efetivo, e assim para os detinham o poder em suas mãos. Há uma apropriação dessa administração estatal por pequenos grupos da classe dominante e isso impede a realização plena da democratização que só ocorreria se houver socialização da participação política com a do poder. (HORA, 2006 p.69)

Nessa nova reforma o estado mostrava a administração pública dividida em três níveis: a patrimonialista, burocrática e a gerencial. A primeira tem o princípio de que o poder estar nas mãos do estado como algo soberano, ou seja, pouco trabalho e com muita renda. O segundo, burocrático é de controle da coisa pública para que não haja corrupção e o nepotismo, por isso princípios éticos e formal. Para que não haja desconfianças e assim possam ter processos com controle. E por último a gerencial, a eficiência da administração, diminui os custos e aumenta a qualidade dos serviços colocando o cidadão como beneficiário desse processo.

A nova proposta de governo traz uma reforma gerencial que apresenta uma revolução por estar buscando uma descentralização de suas atribuições no país e oportunizando, com recursos um novo viés para as gestões que serão instituídas nos estados e cidades do país. Essa forma passa a dar ênfase ao controle nos resultados das ações de estado, já não é acompanhado o processo dando autonomia para esses gestores.

É possível notar que as práticas ocorridas nos anos 90 apontam para descentralização do que é dever do estado de fato, um estado mínimo em que continuará dando recursos para os serviços sociais, mas abre mão do controle do processo. Processo que apresenta a ideologia neoliberal que direcionam o país.

Segundo Hora (2006) quando práticas que não colocam a democracia como socialização crescente da política rumo à socialização do poder, é uma conquista efetiva de regras do jogo que mudam, aprofundam-se e se transformam, mas também de igualdade substantiva, é possível afirmar, que o modelo político, econômico e social

que foi implantado no país, na década de 1990, é incompatível com essa concepção de democracia.

O modelo gerencialista retrata a mudança das práticas da política educacional, traz com essa administração a autonomia que parte dos governos para tomar decisões frente a questões lançadas nas instituições.

O ponto de discussão da descentralização do estado nos sistemas educacionais que delibera as funções as escolas e municípios tomarem partido nas tomadas de decisões dentro dos processos reforça que é a tentativa do estado se eximir de suas funções básicas dando autonomia para que os municípios façam disso o que for preciso do ponto de vista da administração. Essa narrativa, propicia que as escolas seja instrumento indispensável para a construção de uma educação democrática, pois dá liberdade para criação de projetos político pedagógicos, planejamentos e ações com sua individualidade.

Conforme Andrade Monteiro dos Santos:

A descentralização e autonomia são, talvez, os mais importantes eixos para o processo de democratização, que ocorre no bojo das reformas dos anos 90, para além do universo da política hegemônica, ganhando outra significação, diferente, portanto, do que entendemos como distribuição de poder, criação de possibilidades de autonomia da gestão, da participação e controle social dos recursos públicos. O que vem acontecendo é a transferência de responsabilidade para a gestão da coisa pública (Estados, Municípios e Distrito Federal), para autonomia financeira. (SANTOS, 2008 p.3):

A autora parafraseia a descentralização como comportamento do estado que deveria buscar a democratização do meio. Nas instituições escolares a questão abre espaço para o processo de municipalização em que a emancipação vira pressuposto para que seja colocado a reforma gerencial do estado como necessário devido a sua precarização de serviços que antes, provinham de muita burocracia e pouca eficiência. Isso dá margem para que governantes se apoderem dessa justificativa e faça com que a corrupção, falta de ética e ilegalidade assolem os cenários da máquina pública brasileira.

A participação, aqui em questão só é democratizada e debatida por populares devido a grande massa que busca com luta a sua atuação para entender como? Quando? E o quê? Acontece dentro da administração gerencial do estado. Vale ressaltar que essas reivindicações são de anos, para que os excluídos tenham o mínimo para viver em sociedade saúde, educação e moradia.

A educação brasileira é uma das pautas primordiais para que todos tenham acesso a um conhecimento de qualidade e público. Na Lei de Diretrizes e Base 9.394/96 que

ampara a garantia de direitos e participação de todos na educação e ainda em seu Art. 3º coloca garantia da gestão democrática do ensino público, na forma da Lei e da legislação dos sistemas de ensino. Dessa forma, além do fornecimento do serviço é dever das administrações ter uma gestão democrática participativa que viabilize a formação democratizadora da comunidade em que vai tratar com a escola.

O intento das camadas populares busca as organizações padronizadas de seus coletivos com a ajuda de sindicatos e criação de conselhos escolares para formalizar a participação e dar força para questões das vozes da comunidade escolar. Pateman (1992) evidencia que quando as instituições abrem voz para a tomada de decisões para as pessoas em local que trabalha, dá-se ênfase a sensação de que está acontecendo a eficiência política dentro da estrutura e quanto mais se participa, tona-se competente para que então esse senso seja projetado em nível micro e macro.

A globalização mudou as estratégias e suas administrações onde trazem o capitalismo imbricado nas instituições competentes, esse desenvolvimento das estruturas se adequa as mudanças de forma inteligente, distribuindo funções e tarefas que obedecem a critérios onde apresentam conteúdo operacional real (CAL S, 2012 p. 98).

O autor ainda coloca sobre a dificuldade da descentralização/centralização e, portanto, velar para que não se torne algo romantizado:

Ao mesmo tempo, tem que se tomar cuidado e não ser “romântico” com a ideia de que a descentralização seja sinônimo da liberdade e democracia. O erro consiste no fato de ter partido de um princípio de dualidades de conceitos separados, que foi depois rigidamente mantido, entre centralização e descentralização sendo, portanto, os dois entendidos como posições bem definidas e contrapostas. Isto levou a uma polarização de valores no sentido de considerar a descentralização como polo positivo no qual se situam valores como a liberdade individual e o autogoverno democrático, enquanto que tornou a centralização um polo negativo, tendo características autocráticas e totalitárias (CAL S, 2012 p. 98-99).

A visão para essa dualidade no Brasil colocou como se houvesse o lado bom e o ruim em um processo de construção da democracia participativa no Brasil e isso dar nos espaços para entender as imbricações que fomentaram as políticas educacionais que visavam a participação gerenciadas pelo estado.

Apresentado pela autora sobre as políticas públicas entendemos que:

Os elementos que estruturam as políticas públicas por vezes se manifestam via acordos, e são levadas para os conselhos, plenárias, conferências e para as audiências públicas, onde deve ter uma participação, a qual institucionalizariam a resolução negociada dos conflitos, tendo em cada um

desses espaço uma negociação política em nível local que objetivasse diminuir tensões e contradições (MELO, 2021, p.38).

Nesse sentido, faz se necessário a pesquisa para verificar se o processo participativo das normas abrange e é acompanhada dentro dos municípios e sistemas de ensino, não só dentro dos documentos, mas também na prática através das vozes de sua comunidade.

3. UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE ENSINO EM ABAETETUBA/PA

A educação apresenta várias transformações em sua constituição, quanto em sua função social e econômica e isso deveria ser sinônimo de diminuição da exclusão social. Em Abaetetuba há uma pluralidade cultural e desenvoltura com questões do seu território, político e social. Contemplando uma área de rios, igarapés, regiões de várzeas, terra firme, estradas, ramais e florestas, no qual fornecem produtos para a comercialização e incrementa a agricultura familiar com várias iguarias do município mostrando a diversidade da cidade.

O município está ligado pelo Rio Tocantins na região nordeste do estado do Pará possui 72 ilhas, 36 comunidades que vivem em ramais e a sede que apresenta uma área total de 1.610.743 Km², com uma população estimada de 160.439 de acordo com IBGE (2021). A prefeitura de Abaetetuba toma conta da administração direta do das Escolas Municipais que fornecem ensino Básico da Educação infantil e Ensino Fundamental 1 (1º ao 5º ano) com 170 escolas sendo 41 escolas (URBANA) e 129 (RURAL) para a democratização da educação a todos, no entanto, nota-se que a grande demanda é da área rural o que faz a reflexão sobre como o impacto da vasta diversidade nessa área que apresenta tantas fragilidades influencia na economia, cultura e social da cidade. Outro fator a ser notado, é que a maioria das escolas nessas áreas só viabiliza o ensino até o primeiro ensino fundamental, assim muitos alunos ainda são excluídos e se evadem do sistema de ensino pós essa fase da educação básica.

Matrículas Rede Municipal de Abaetetuba

Localização	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	EJA	Educação Especial	Total
Urbana	1.503	2.251	6.986	314	419	11.473
Rural	414	2.035	6.584	845	237	10.115
Total	1917	4.286	13570	1159	659	21.588

Fonte: Censo escolar/QEdu 2021.

Porém, vamos focar nas escolas da rede estadual dentro do sistema de ensino que apresentam apenas 14 escolas (Urbana) e 7 (Rurais) com a tabela abaixo entenderemos o número de matrículas para entender a escala de alunos da rede:

Matrículas da Rede Estadual de Abaetetuba

Localização	Anos Finais	Ensino Médio	EJA	Educação especial	Total
Urbana	6.857	5.227	1794	813	14.691
Rural	3.508	1.891	203	164	5.766
Total	10.365	7.118	1.997	977	20.457

Fonte: Censo escolar/QEdu 2021.

O seu sistema de ensino se destaca por abranger uma densidade cultural elevada e que perpetua a valorização da educação no município por parte de seus habitantes. Isso se reflete na forma como as políticas e propostas são constituídas com discussão dos membros. As normativas em Abaetetuba, os conselhos foram criados e se organizam em torno da ideia legal, como condição *sine qua non* para o recebimento de recursos e aprovação das contas dos gestores municipais. (FERRANTI, 2013). As revisões democráticas se instalaram no município a partir da revitalização da sua política educacional.

O Plano Municipal de Educação (PME) em Abaetetuba vem com o manifesto de reivindicações devido à falta de políticas públicas que fomentem a educação no município a Lei n. 437 de 24 de junho de 2015 construído para planejar e disponibilizar na adequação de acordo com protagonismo social que apresenta as suas demandas dentro de suas análises para elaboração do processo. O PME é um plano da sociedade civil que deve ser considerado e executado por todos os que governarem o município em período do decênio 2015 a 2025. (Abaetetuba,2015).

Como vimos as escolas da rede estadual são poucas para atender a demanda da área urbana/rural e PME traz suas metas para minimizar os impactos das dificuldades de distribuição ocasionadas no município em uma de suas metas dispõe:

2.9 - ampliar, em regime de colaboração com a União e o Estado, a oferta do Ensino Fundamental anos finais, para as populações que residem em bairros periféricos, no campo, nas comunidades assentadas, quilombolas e as tradicionais, assegurando o direito universal a matrícula próximo a sua residência; 2.23 - atender às escolas do campo, comunidades assentadas, quilombolas e tradicionais, na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais; 2.26 - efetivar as diretrizes pedagógicas para a Educação Básica mediante a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do Ensino Fundamental respeitado a diversidade regional; (ABAETETUBA, 2015)

Contudo, o documento não obteve o alcance necessário para corrigir as diferenças educacionais no município devido à falta de parcerias e incentivos financeiros das entidades de acordo com (CARVALHO; RIBEIRO, 2019)

Município não dispõe de recurso próprio suficiente para implementar por meio da política de educação todas as metas descritas no documento se não houver colaboração regime de colaboração com o estado e a União, assim o Plano acaba se tornando uma carta de boas intenções educacionais e não um Plano Decenal que descreve metas e traça diretrizes para os próximos dez anos da história educacional de Abaetetuba a luz do que vêm ocorrendo no monitoramento das metas propostas no PNE. (p. 11)

Dessa forma, entendemos que as políticas públicas elaboradas dentro do município muito se fazem para planejar toda uma narrativa pensando nas dificuldades vividas dentro dessa cultura que tenta driblar para se fortificar e traçar linhas de ensino para todos. No entanto, as políticas perdem força por não ter apoio do estado para que se efetive e tenha alcance maior com avaliação e fiscalização dessa política dentro da sociedade. Ademais, documentos como este e outros são de difíceis acesso para o conhecimento dos habitantes devido a procura não ser democratizada nas plataformas da administração municipal.

As políticas públicas são formas de instituir leis para regulamentação com decisões e ações que diminua os problemas que surgem. Também, são ações discutidas, programadas e executadas para o bem estar social, que podem advir do estado ou governo local. São consideradas ações de governo, porque elas podem estar ligadas a um determinado executor, portanto são temporárias; e de Estado, quando são ações permanentes, ligadas à educação, à saúde, à segurança, ao saneamento básico, à ecologia e outros. Visam, as pessoas que vivem em condições de diferenças sociais (Silva, 2019 p.34)

Os documentos analisados são da busca em textos e outros autores que discorrem sobre o tema proposto, pois encontrar documentos em sites como o da prefeitura não foi possível devido a nova gestão está em reorganização do sistema educacional de

Abaetetuba, mesmo que a normativa ainda esteja vigente ela simplesmente é deixada de lado quando chega uma nova administração na prefeitura prejudicando os pesquisadores de políticas públicas do município.

3.1 LÓCUS DA PESQUISA

Realizou-se a pesquisa em uma das escolas de mais alto índice de resultados no quesito público em Abaetetuba, falando sobre o fundamental 2, ensino médio, EJA e educação especial. Sua importância histórica traz uma estrutura física modelo para as outras escolas do município. Nosso foco foi a pesquisa de documentos da instituição EEMF São Francisco Xavier, onde possui o alunado com a mais variada diversidade cultural por ter um quadro que vem das ilhas, ramais e outras cidades próximas.

Sua trajetória educacional avançou de forma frenética o que impulsionou a conscientização política da comunidade escolar, tornando-a assim, modelo para os movimentos sindicais e estudantis dentro do município. Dessa forma, a sua organização influencia no sistema educacional de Abaetetuba e favorece a luta por direitos com formação cidadã. Para além disso, é a escola que mais tem rendimentos no ENEM o que favorece o acesso ao Ensino Superior, e isso acontece desde os primórdios de sua elaboração em que seria uma das primeiras instituições a fornecer cursos técnicos para os habitantes que não tinham acesso a ensino e precisavam de formação para os ofícios que havia demanda da época.

Com o quantitativo do ano de 2020 atuou, inicialmente, com 1.717 alunos matriculados, sendo 991 no Ensino Fundamental, 695 no Ensino Médio. E em 2021 estava com matrícula inicial de 1.735 alunos, sendo 1.023 no Ensino Fundamental e 712 no Ensino Médio.

Entendendo isso, a escola precisa dar a valorização da participação desses agentes de sua estrutura política para adequar a democracia e criar um quadro participativo onde eles podem estar atuando e refletindo sobre as dualidades e possibilidades enfrentadas da comunidade.

O documento que reflete isso é o Projeto Político Pedagógico (PPP), pois apresenta a identidade da instituição com sua memória, atividades alcançadas e valores. É importante a comunidade geral participar do processo de elaboração desse documento para se sentir parte do meio onde convive e também dar autonomia para que possam ajudar nas questões problema da escola.

O Projeto Político-Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola. (VEIGA, 2007, p.13)

Por conseguinte, a escola cria o projeto para uma elaboração de trabalho organizado, disseminando conflitos para que o funcionamento seja efetivo e de boa qualidade com a participação das pessoas interessadas, e assim, o documento dá a oportunidade de participar de maneira direta dentro da administração democrática. É importante lembrar, que é onde os pais e alunos podem ter maior efetividade de sua participação de acordo com a demanda que apresenta.

Conforme Guerra (2002) a participação não se improvisa e não há milagres que a transformem em uma árvore cheia de frutos, o seu crescimento é lento e constante e por isso, cada linha da democracia que pode causar esse efeito participativo deve ser preciosa para fazer parte do progresso.

A gestão da escola é chamada de “Colegiada” devido à união de duas instituições “públicas” na administração da gestão. Para entendermos, Abaetetuba tem forte influência da igreja católica no município por tradição e o sistema de ensino começou com a ajuda de igrejas em parceria com algumas entidades de poder da época. Hoje isso ainda se configura, em escolas como esta, em que o prédio seria “emprestado” para o estado para que o fornecimento da educação seja de responsabilidade do próprio estado. Assim, a igreja diocesana de Abaetetuba colabora também com sua administração, cedendo o espaço e alguns funcionários para suprir as necessidades da administração do prédio. No documento está descrito da seguinte forma:

A entidade respalda o direcionamento da filosofia e dos pressupostos religiosos da comunidade escolar, além de articular parcerias, ações e convênios que visam a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade abaetetubense. (Projeto Político Pedagógico, 2021, p.14)

Vale ressaltar que as escolas democráticas abrem espaço para escolha de seus gestores de maneira eleitoral com propostas da comunidade e debates sobre a administração, entretanto na escola colegiada escolhida para a nossa pesquisa no PPP é informa que:

A responsabilidade administrativa e pedagógica é da Diocese de Abaetetuba (cláusula segunda, 2.6 do termo 308/2014) que também orienta e participa do processo de escolha de diretor e vice-diretores, de forma alinhada à legislação

vigente, executada e coordenada pela SEDUC. (Projeto Político Pedagógico, 2021, p. 15)

Sendo assim, com a responsabilidade administrativa e pedagógica da diocese ela também, participa e orienta no processo de escolha de diretor e vice-diretores, de forma que a SEDUC auxilia nesse processo desde o ano de 2014 em que o mandato foi promulgado, e assim desde essa vigência não foi elaborada eleições para escolha de diretor dentro da instituição deixando apenas um diretor desde então.

O que nos faz refletir sobre a pesquisa que pede uma gestão democrática, de fato para que assim, seja observado as participações nesse meio. Guerra (2002), coloca que a democracia no exercício por meio do voto não se esgota, não obstante é válido pensar que as pessoas desse meio ‘democrático’ o povo deve ter a oportunidade de aceitar ou rejeitar as pessoas que vão governar. A participação é o princípio básico da democracia.

Outro fato que notamos no PPP é a informação sobre o grêmio estudantil no qual nos faz entender que este lócus propõe organizações coletivas para seus alunos.

Reestruturado no ano de 2019 numa nova coordenação, formado por eleição direta, onde os estudantes participam ativamente das atividades organizadas na escola através de suas lideranças de turma e seus representantes no Conselho Escolar (Projeto Político Pedagógico, 2021, p.15).

É necessário verificar o papel do grêmio dentro desse âmbito e se há de fato a participação, ou se não é apenas falácias geradas para maquiar a estrutura como democrática.

Há normativas que incentivam a participação no meio escolar para que seja uma administração com o auxílio e fiscalização da comunidade. O Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE) estipula em seu Art. 2º os beneficiários façam a autogestão e o exercício da cidadania com a participação da comunidade e controle social. Assim, no nosso lócus temos o mais importante elemento dentro do contexto escolar.

O Conselho Escolar, composto por representantes de todos os segmentos que compõe a escola, proporciona significativa contribuição nos encaminhamentos da gestão democrática proposta nesta comunidade escolar. Para viabilizar os encaminhamentos e avaliações das ações, reúnem-se mensalmente em horário acordado entre todos, de forma a assumir sua função social de orientar, analisar, decidir e encaminhar ações do Projeto Político-Pedagógico, incluindo a gestão dos recursos financeiros e administrativos. (Projeto Político Pedagógico, 2021, p.15).

Ao nos depararmos com o repasse do PDDE ao lócus lembramos de um fator que é de conhecimento da comunidade geral, entretanto não consta no PPP. O fato de que

todos os alunos contribuem com mensalidades no valor de R\$15,00 para que a instituição possa custear outras despesas que advém da questão, ainda de sua administração colegiada com a diocese de Abaetetuba.

Na análise do documento o PPP está alinhado de acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) em seu artigo 14 onde fala sobre os sistemas de ensino que definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A Base Comum Curricular inseriu nos últimos anos o Novo ensino médio o que fez com que a escola se readaptasse à norma e pudesse promover as ações de formação aos agentes da instituição em meio a Pandemia da Covid-19 o que mostra um processo complexo e demorado para a implementação no contexto atual.

O PPP analisado é trivial para entendermos sobre a participação da comunidade. Como está acontecendo? Se está acontecendo de fato? Ou se a escola não está apenas colocando essas práticas como burocracias para a sua funcionalidade? É necessário ir além da busca documental e perceber se as vozes da comunidade estão sendo atendidas dentro do campo acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As configurações traçadas dentro deste estudo nos fazem perceber que a democracia traz as normativas que devem ser conduzidas e empregadas para que seja de fato realizada na administração, entretanto há várias formas de fazer essa “democracia” com várias roupagens de acordo com o que for pleiteado por indivíduos da comunidade.

As transformações relacionadas a reformas do estado que dão autonomia para as gestões gerenciar as suas “democracias” abrem espaço para maquiagens em que a receita que deveria ser seguida de como ter a gestão democrática participativa já não é o foco, princípios individuais tomam conta e fazem assim, uma gestão “autoritária” e pouco se faz para mudar quando as normativas e as falácias são para esconder o que acontece de fato.

A pesquisa traz um valor significativo para a política educacional do município pois, entendemos que há participação de uma parte da sociedade civil no que diz respeito as políticas públicas que permeiam o município, entretanto pouco se faz para a efetivação e melhoria daqueles precisam.

Abaetetuba tem um retrato voltado para a educação em que muitos de nós buscam a sua ascensão social com ensino público ofertado, porém, ainda é preciso entender que só o fornecimento de merenda escolar, transporte, professores e outros. Não qualifica o alunado para a sua cidadania é preciso debates, propostas e participações coletivas de forma democrática.

As influências colonizadoras continuam, percebemos isso com o lócus de pesquisa que ainda tem uma administração que chama de “colegiada” onde deturpa o sistema democrático e ainda cobra ao aluno o que deveria ser de fato público. Isso são efeitos da descentralização do estado em que quanto menos trabalho burocrático obtivesse com a educação, mais renda para si.

Contudo, entendemos que o estudo se mostra relevante para o município de Abaetetuba em levanta um olhar para os debates e tomadas de decisões no que tange o sistema educacional, mas ainda é necessário políticas e atuações firmes para que a participação seja sobreposta todas as questões que aparecem no meio. Sendo assim, somos o reflexo do que acontece em todos os lugares e temos que participar para saber sobre o que interfere em nossa vida.

REFERÊNCIAS

ABATETUBA. **Lei nº 437 de 25 de junho de 2015**. Estabelece o Plano Municipal de educação. Gabinete da Prefeita, Abaetetuba, 2015.

ANDRADE MONTEIRO DOS SANTOS, T. F. A GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS A PARTIR DAS REFORMAS DOS ANOS DE 1990. **Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3025>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 9. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 2v.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://bit.ly/2yRUGX8>>. Acesso em: 27 junho de 2022.

_____. Ministério da educação. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Programa Dinheiro Direito na Escola. Disponível em: <<http://bit.ly/2yRUGX8>>. Acesso em: 27 junho de 2022.

_____. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor do Aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

CALS, Alexandre Augusto de Souza. **Políticas Educacionais no Arquipélago do Marajó: A Organização do Ensino no Município de Breves/Pa.** 2012. 143f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, Jefferson Felgueiras; RIBEIRO, Giselle dos Santos. **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA/PA: o processo e desdobramento da construção coletiva.** In: Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas: civilização ou barbárie, de 20 a 23 de agosto de 2019, São Luís, MA. – São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2019.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é participação?.** 8. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

FERRANTI, Adelino. **A política educacional no município de Abaetetuba (PA) no período de 2005-2008: Realidade e limites.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências e Educação, UFPA, Belém.

GUERRA, Miguel Ángel Santos. **Os desafios da participação: desenvolver a democracia na escola.** Porto: Porto Editora, 2002.

HORA, D. H. da. Democracia, educação e gestão educacional na sociedade brasileira contemporânea. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 65-87, jan./jun. 2006.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 2001.

MELO, Rosileide de Jesus de Souza. **As políticas de educação inclusiva na perspectiva do ensino de surdos no município de Igarapé-Miri/pa.** 2021.112f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará – UFPA, 2021.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **EEMF São Francisco Xavier, Abaetetuba, 2021. “CIÊNCIA E FÉ”.**

SILVA, Manoel Carlos Guimarães da. **A implementação do sistema municipal de educação de Abaetetuba: o conselho municipal de educação como fio condutor.** 2019.136f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará – UFPA, 2019.

VEIGA, Ilma Passos (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível.** 23. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

WOLCOTT, Harry. **Writing up qualitative research.** Newbury Park London: SAGE publications, 1990.